



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

1. A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO

NITERÓI, 11 DE NOVEMBRO DE 1965.

NA ASSEMBLÉIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, AO RECEBER O TÍTULO DE «CIDADÃO FLUMINENSE».

Senhor Presidente,

Senhores Deputados:

Imperiosas circunstâncias impuseram que sòmente agora me fòsse permitido realizar o que há muito desejava: vir a esta Assembléia receber o título com que me distinguistes de modo tão especial. Integra-me êle na comunidade dos fluminenses, com a qual, a partir dêste momento tão grato para mim, sinto ter ainda maiores deveres do que aquêles que unem todos os brasileiros à velha e gloriosa Província do Rio de Janeiro.

Mas, se demorei em atender ao vosso convite, tenho a compensação de fazê-lo quando, por já bem nítidos e fortes os contornos da extraordinária recuperação nacional do período revolucionário, me é possível lançar as vistas para o áspero caminho percorrido.

Ao falar em reunião tão representativa do povo fluminense, pareceu-me oportuno dirigir-me daqui a todos os brasileiros, homens e mulheres, apresentando-lhes uma sùmula do muito realizado pela Revolução.

À vista do que se fêz, cada cidadão melhor compreenderá a razão dos sacrifícios reclamados pelo Govêrno, e certamente sentir-se-á orgulhoso de contribuir para a edificação de uma grande pátria. Na realidade, ninguém duvidará de que, obtidos alguns anos de tranqüilidade, o que equivale a dizer de trabalho não perturbado pelas agitações adredemente preparadas pelos que temem

a nossa prosperidade, o Brasil será inevitavelmente uma das mais pujantes nações do mundo.

É tempo, pois, de avaliarmos a obra administrativa do Governo, tãda ela voltada essencialmente para três objetivos — estabilidade, desenvolvimento e reformas. E ao fazer êsse balanço cumpre não esquecer haver tido como herança a insolvência financeira duramente agravada pela agitação social. Tivemos, portanto, não de construir um país, mas de reconstruí-lo, levantando-o dos escombros da administração anterior.

Após desalentador período de estagnação, a nossa economia começa a reativar-se em bases realmente sadias. Assim, enquanto a indústria tivera, em 1963, expansão inferior a 3%, já em 1964 assinalava crescimento de 5%. E tudo leva a crer que no ano corrente alcançaremos, conforme previsto no programa do Governo, aumento entre 5 e 6% sôbre o produto total do país, numa inequívoca demonstração de haver a economia brasileira iniciado a retomada do seu dinamismo.

Fato que a muitos passa despercebido é a nossa recuperação cambial, pedra angular de qualquer país que pretenda autonomia de decisão. De devedores relapsos, vivendo dia a dia da complacência de nossos credores, passamos à situação de plena solvência, com reservas superiores a 300 milhões de dólares, e postos em dia todos os nossos compromissos. Creio que os brasileiros, sempre tão sensíveis no seu orgulho nacional, não serão indiferentes a tal circunstância, que nos colocou na posição de aceitarmos crédito, mas livres da necessidade de mendigá-lo. Liquidamos assim mais de 200 milhões de dólares de atrasados comerciais, ao mesmo tempo em que reduzimos paulatinamente as operações de «swaps». E isso apesar da desfavorável conjuntura em relação a vários produtos de nossa exportação.

Comparado, pois, o presente com a herança que nos tocou, dir-se-ia ter ocorrido um milagre, tantos eram os cépticos e incrêdulos em relação aos frutos da política financeira e econômica do Governo. A verdade é ter havido apenas a firme determinação

de manter diretrizes previamente traçadas pelo Governo com o objetivo de conter o *deficit* orçamentário da União, alcançar a estabilidade cambial e reduzir o impacto das revisões salariais.

No próximo exercício, esperamos um orçamento equilibrado, a despeito do aumento de vencimentos a todos os servidores do país. O fato constitui a melhor prova do êxito alcançado na extinção dos focos principais da inflação. Aliás, ao anunciar aos brasileiros os auspiciosos resultados colhidos da política financeira e econômica do Governo, não posso deixar de mencionar, por exemplo, que as emissões de papel-moeda, até setembro último, não alcançaram 22% do total em circulação no ano findo, enquanto no mesmo período do ano anterior essa proporção foi de cerca de 33%. Contra um *deficit* de Caixa do Tesouro, nos nove primeiros meses de 1964, superior a 58%, tivemos, em igual período deste ano, um *deficit* de 25%. Como vêdes, o que fala por nós é a incontestável eloquência dos números, suficientemente expressivos para que, com o apoio consciente da nação, perseveremos, firme e confiadamente, nos objetivos traçados pelo Governo.

Conseqüência de tão animadores resultados são a confiança e o crédito que a Revolução soube impor no estrangeiro, criando condições favoráveis ao fluxo de capitais oriundos de fontes oficiais e privadas. Graças a isso intensificaram-se os financiamentos das instituições internacionais que favorecem o reequipamento e expansão dos setores básicos. Os empréstimos do Banco Internacional e do Banco Interamericano, concedidos ou prestes a serem autorizados, superam os níveis alcançados no passado. Os financiamentos através da Aliança para o Progresso permitem a importação de matérias-primas, máquinas e equipamentos ainda não produzidos pela indústria nacional, ao mesmo tempo em que se tornam disponíveis financiamentos para aquisições no Brasil. E, para completar as vigas mestras desse quadro de confiança no soerguimento nacional, devo lembrar ainda a renegociação da dívida externa, na Europa e no Japão, assim como a concessão de novas linhas de crédito por bancos oficiais e privados e o reinício das correntes de capitais particulares, que haviam praticamente desaparecido.

A soma desses fatores, aos quais, no ano próximo, se acrescentará a estabilização do cruzeiro, permitirá à economia nacional desenvolver-se com segurança, ou seja a uma taxa crescente de progresso econômico, sem desajustamentos sociais. A nação, portanto, compreenderá que para realizar obra de tanta envergadura, que nos propiciou, em curto prazo, tirar o país do caos financeiro e econômico para o recolocar na estrada da prosperidade, seria impossível deixar de reclamar duros sacrifícios. Estes recaem, hoje, sobre toda a nação, seja através da contenção de salários, seja mediante altos tributos, como ocorre em relação ao imposto progressivo de renda, quase triplicado em 1965. Assim, cada qual na medida dos seus recursos e possibilidades, todos concorrem com o seu quinhão.

Graças a essa diretriz obtemos recursos para os investimentos produtivos, indispensáveis à prosperidade e ao desenvolvimento nacional. Aliás, desde 1961 a participação dos investimentos no total dos gastos do Governo caíra para 18%. Elevamo-la para 21%, em 1964, e, em 1965, atingiremos o nível de 29%, estando programado alcançarmos 36% em 1966. Esforço que bem se reflete nos investimentos feitos em dois setores básicos como são as rodovias e a energia elétrica. Num e noutro tem sido indormida a atividade governamental. No primeiro, medidos os investimentos em moeda constante, a preços de junho de 1964, as aplicações anuais em rodovias de 1957 a 1960, justamente o período proclamado como desenvolvimentista, foram da ordem de 124 bilhões de cruzeiros. Cairam para 113 bilhões no biênio 1961-1963 e, depois da Revolução até hoje, subiram para 200 bilhões.

O mesmo ocorre em relação à energia elétrica, campo no qual avançamos rapidamente. Ao passo que em 1964 a potência instalada em *kilowatts* aumentou em pouco mais de 7% sobre o ano anterior, somente o primeiro semestre de 1965 acusou, em relação a dezembro último, um crescimento de 6%. E, quanto aos investimentos, podemos assinalar que havendo totalizado 34 bilhões nos primeiros nove meses do ano passado, alcançaram

em período idêntico deste ano a cifra de 104 bilhões. E ainda mais — somente após a Revolução foram contratados, no exterior, empréstimos para energia elétrica num montante de 256 milhões de dólares, quantia superior a todos os financiamentos obtidos para o Brasil, com igual finalidade, a partir da Segunda Guerra Mundial.

São esses números, diante dos quais os brasileiros se devem sentir confiantes em relação a um futuro próximo, que explicam a coragem do Governo em aumentar as tarifas sobre combustíveis, bem como as da energia elétrica. Nem há outro caminho para retomarmos o desenvolvimento sem a calamidade da inflação.

Mas, além desses dois agora referidos, muitos outros são os setores em que podemos constatar apreciáveis perspectivas de crescimento. Assim, com o funcionamento, ainda este ano, do segundo alto forno da USIMINAS e o início de operação da COSIPA, adicionaremos meio milhão de toneladas à nossa capacidade de produção de aço. Também na indústria petroquímica e na de fertilizantes estamos no limiar de uma era de grande expansão, já havendo pedidos de autorização de investimentos num montante aproximado de 300 milhões de dólares. Também na metalurgia de não-ferrosos e no processamento de minérios contamos com importantes investimentos, tudo a demonstrar a firmeza com que o Brasil retoma, sem demagogia e livre da praga das emissões de papel-moeda, o seguro e frutuoso desenvolvimento. Como vêdes, já afastamos do Brasil o espectro da estagnação, consequência da irresponsabilidade, do empirismo e da intranquilidade, que afugentava os investidores.

Dentro dessa orientação o Banco do Brasil amplia as suas linhas de crédito, que evoluíram de 564 bilhões em setembro de 1964 para 754 bilhões em setembro último. Importância esta assim distribuída pelas várias categorias beneficiadas: 447 bilhões para a agricultura; 98 para a pecuária; 135 bilhões para o giro das indústrias; 22 bilhões para investimentos e 50 bilhões para garantia de preços mínimos. Quanto à garantia de preços mínimos diretamente aos agricultores e suas cooperativas, apresentava, em dezem-

bro de 1964, o saldo pouco superior a cinco bilhões, que se elevou, em setembro deste ano, para 225 bilhões.

Com o objetivo de fomentar a agricultura nacional, que a atual administração encontrou a braços com uma das maiores crises conhecidas, e em estado de real decadência, por vários modos se tem buscado reanimá-la. A mecanização da lavoura, por exemplo, tem tido impulso excepcional, atingindo o financiamento a tratores e outros implementos agrícolas, no Banco do Brasil, a soma de 96 bilhões, quando em dezembro de 1964 estava em menos de 60 bilhões. Financiamento que, além de beneficiar diretamente a progressiva modernização da lavoura, garantiu adequado ritmo à produção industrial do ramo.

Outrossim, à Coordenação Nacional de Crédito Rural foi atribuído distribuir o crédito de 15 milhões de dólares de adubos e fertilizantes, bem como 23 bilhões da Aliança para o Progresso destinados a reforçar idênticas solicitações. E mais 47 bilhões foram encaminhados à Agricultura pela Coordenação através de convênios com estabelecimentos bancários.

Outro setor que tem merecido especial atenção é o do aproveitamento dos alimentos e matérias-primas nas próprias zonas de produção, o que contribui, inclusive, para o fortalecimento da economia de regiões menos prósperas. Conseqüência dessa orientação é já se haver, mediante fundos especiais, atendido à expansão e modernização da pequena e média indústria com cerca de 3.000 empréstimos dessa natureza. Aliás, a preferência pelas pequenas e médias empresas decorre não somente da sua predominância nas áreas menos desenvolvidas, senão também da necessidade de formar e fortalecer maior número de empresários, que têm de tomar a plena responsabilidade pelo crescimento industrial do país. É mesmo possível afirmar que, sem prejuízo dos normais financiamentos do Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, por sinal em constante ascensão, o esforço pela ampliação e interiorização do crédito através de fundos especiais se distancia de muito de quanto já se haja feito em matéria de assistência creditícia em prol da iniciativa privada.

Assim, o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Banco do Brasil, o FINAME e o FIPEME, com meios não inflacionários provindos da Aliança para o Progresso, forneceram, durante o atual Governo, recursos da ordem de 60 bilhões, que, somados à participação dos empresários, representam investimentos da ordem de 120 bilhões em todos os Estados da Federação. Por sinal, a diversificação das atividades financiadas e sua adequada distribuição geográfica, além de permitir o enriquecimento de zonas periféricas, beneficiou as regiões industriais, que tiveram a seu cargo o fornecimento de máquinas e equipamentos, quase todos pagos à vista, e em cerca de 2/3 originários do parque industrial de São Paulo.

Embora ainda em fase inicial, cabe referir o Fundo de Democratização de Capitais, destinado a restabelecer o capital de giro das empresas e que já realizou 200 operações aproximadamente, num total de vinte e quatro e meio bilhões de cruzeiros pelo Banco do Brasil, e oito e meio bilhões repassados por bancos regionais de desenvolvimento com atuação no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Piauí. E, por dizerem mais de perto com o bem-estar das populações, são as indústrias de alimentação e de vestuário que maior atenção e maior parcela têm merecido das disponibilidades dos citados órgãos, embora não se haja descurado o amparo às indústrias químicas, mecânicas, metalúrgicas e de transporte.

Não há, pois, porque falar em recesso industrial ou desemprego, conseqüências inevitáveis numa fase de correção dos graves males que assolavam as finanças e a economia do Brasil, mas que já podemos proclamar como superadas com a rápida retomada do nosso desenvolvimento, hoje em curso dentro de padrões estáveis e de normal produtividade.

Embora ainda longe dos níveis almejados, um dos objetivos nos quais mais se empenha o Governo é o do custo de vida, intimamente correlato com os problemas do abastecimento.

Para se ter, porém, razoável impressão do já conseguido, convém lembrar que, enquanto em 1964, até outubro houve ele-

vação de 65% no custo de vida, em igual período deste ano verifica-se majoração inferior a 42%, esperando-se até dezembro não exceda de 50%. Boa parte desses aumentos é representada pelo reajustamento de aluguéis, medida imprescindível para debelar a crise habitacional, decorrência da política demagógica da estagnação dos aluguéis. Realmente, se os excluirmos daqueles índices, teremos uma elevação de 58% em 1964 e de 21% em 1965.

Igualmente importante para se aquilatar os resultados da orientação governamental, são os preços por atacado, que, havendo subido em 1964, até setembro, 63%, acusam, em 1965, majoração de apenas 20%.

Tais resultados, que deverão melhorar progressivamente, decorrem não apenas da maneira por que tem sido contida a inflação, mas também das medidas destinadas a incentivar a produção agrícola. Esta, que chegara a acusar crescimento de 7,4%, em 1964, caíra para 1,6% em 1964, e, portanto, inferior ao próprio aumento demográfico anual, estimado em 3,5%. Já este ano, no entanto, prevê-se a apreciável majoração de 6%.

Notável esforço constitui a conciliação das medidas de estabilização da moeda e preços com os incentivos à produção feitos pela SUNAB, que, nos últimos dez meses, efetuou mais de 95 mil operações com esse objetivo, enquanto nos 5 anos anteriores somaram apenas 43.000. E para a comercialização da produção agrícola investiram-se 284 bilhões. Tais medidas, conjugadas com estações favoráveis, nos proporcionam safras excelentes, sendo de prever que, pela primeira vez, uma grande safra seja seguida de outra possivelmente maior. Graças a isso, contamos com estoques regulares de arroz, feijão, milho, farinha, banha, óleos vegetais, abrindo possibilidade à contenção dos preços em todo o território nacional.

Aliás, para uma visão do que alcançou o trabalho, a perseverança do Governo, que muito tem contado com a cooperação e compreensão de todas as classes sociais, todas elas patrioticamente interessadas no bom êxito da missão a que nos propusemos, talvez bastasse o panorama até aqui esboçado. Contudo, são tantos e tão numerosos os departamentos da vida nacional a testemunharem

havermos realmente ingressado num período de ponderáveis avanços, que não deixarei de focalizá-los, inclusive com o estímulo aos responsáveis imediatos pelas promissoras realizações a que irei me referir.

Inicialmente, desejo abordar o campo do petróleo, tão importante para a vida nacional e de tantos reflexos sobre a opinião dos brasileiros, que têm na Petrobrás o principal instrumento de realização da política traçada para esse importante setor de nossa economia. Todos sabem como a Revolução encontrou essa empresa, que se transformara num centro de agitação política, desviando-se da sua missão precípua de órgão de execução do monopólio estatal. Não ignoram que, em consequência dessas distorções, medidas técnicas e administrativas deixaram de ser tomadas oportunamente, fazendo decrescer os índices de produtividade. Diante desse quadro não custa imaginar os problemas com que se defrontou a atual direção da empresa, obrigada a reformular os esquemas financeiros ao mesmo tempo em que buscava reestruturar a Petrobrás, a fim de que pudesse atingir os objetivos almejados pelo país.

Felizmente não foi em vão o esforço despendido. Na pesquisa e lavra do petróleo já se alcançou a média diária de 100.000 barris, prevendo-se que, ao findar o ano vindouro, atingirão os campos do Recôncavo Baiano 150.000 barris diários. Produção adicional que dará ao Brasil uma economia da ordem de 36 milhões de dólares.

Decorrem tais aumentos, não apenas do melhor aproveitamento de poços existentes, mas também da descoberta de novas áreas produtoras, como Imbé e Araçás, onde ressalta o novo campo de Miranga. Este, aliás, constitui, recentemente, das mais importantes descobertas, prevendo-se, em face dos testes efetuados, que a vazão por dia e por poço é superior a 400 barris.

Por sinal, naquela previsão está excluído o campo de Carmópolis, em Sergipe, cujo início normal de produção prevê-se para os derradeiros meses do ano próximo, quando se espera concluído o oleoduto e o terminal marítimo necessários ao escoamento.

Também auspiciosas são as perspectivas em relação à chamada Bacia Sedimentar de Barreirinhas, no Maranhão. Embora ainda prematura alguma afirmação sobre as possibilidades comerciais da descoberta, não será surpresa, em face das recentes pesquisas, se se desvendar um campo igual aos da Bahia e Sergipe.

Os esforços e recursos despendidos em busca do petróleo não fizeram, porém, amortecer as atividades da Petrobrás em outros setores. Pelo contrário, obedecendo os mesmos critérios adotados quanto à pesquisa e lavra, continuou executando com entusiasmo as demais tarefas, seja no refino, no transporte e na petroquímica, que constituem um complexo indissolúvel, destinado a tornar o Brasil auto-suficiente na produção de petróleo e derivados.

Prova disso é o fato das Refinarias da Petrobrás, bem como as Fábricas de Borracha Sintética e Fertilizantes, haverem assinado recordes de produção e faturamento, ao tempo em que prosseguem as obras das refinarias Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, e Gabriel Passos, em Minas Gerais, ambas com capacidade para 45.000 barris diários. As Refinarias Duque de Caxias e Landulfo Alves estão a terminar os trabalhos de expansão, que lhes elevará a capacidade para 150.000 e 60.000 barris por dia, respectivamente. Também se encontram em fase de conclusão o Oleoduto Rio-Belo Horizonte e o Terminal de São Sebastião, em São Paulo, ambos empreendimentos de extraordinária significação econômica para a empresa. E mais quatro navios de 10.500 toneladas integrarão a Frota Nacional de Petroleiros, em 1965.

Diante desse resumo, do qual emergem vários fatos, todos eles a testemunharem o que tem decorrido no campo das atividades petrolíferas, verifica-se a inexistência de qualquer alteração nos fundamentos do monopólio estatal. Mas, devido a uma sadia modificação quanto aos objetivos da Petrobrás, que deixaram de ser políticos e demagógicos, para se voltarem definitivamente para as necessidades do país num campo tão identificado com a própria segurança nacional, logramos alcançar êxitos sem precedentes, certamente caminho para novos e maiores progressos.

Problema nacional também relevante, no qual a demagogia e as explosivas polêmicas ocorridas na administração anterior sô-

mente contribuíram para agravar o assunto e dificultar as soluções, é o do Nordeste. Ninguém desconhece a importância dessa extensa área do país, com mais de vinte milhões de habitantes e a oferecer múltiplas questões econômicas e sociais. A verdade, porém, é que em lugar de ter equacionados e encaminhados os vários problemas que a agitavam e inquietavam, a região como que se transformara, talvez propositadamente, num campo de preparativos revolucionários. Houve, pois, que empreender profunda reestruturação, atingindo pessoas, métodos e concepções. É hoje, apesar das imensas dificuldades enfrentadas em terreno tão perigosamente minado, é sensível o que se realizou.

Sobretudo em relação à industrialização da área nordestina, é extraordinário o que se está empreendendo. Entre agosto de 1964 e setembro do ano corrente, foram aprovados 83 projetos para a instalação ou ampliação de indústrias, que deverão despende um total de 65 bilhões de cruzeiros. E não tardará o início das obras da USIBA, primeira grande siderúrgica nordestina, orçada em 94 bilhões de cruzeiros, e da qual será a SUDENE a maior acionista. Em iniciativas de saneamento básico, rodovias e energia elétrica despende-se, naquele período, 38 bilhões de cruzeiros. Em curso está a instalação de serviços de água e esgotos em 150 cidades do interior, além do que se empreende em grandes cidades como Recife, Salvador, Teresina, Fortaleza, São Luís, Natal, Maceió e Campina Grande. Serviços aos quais deve ser acrescida a perfuração de 141 poços artesianos, bem como as obras da barragem de Boa Esperança, atualmente em ritmo acelerado, e que atenderá os Estados do Piauí, Maranhão e Ceará.

Mas, isso que seria muito é apenas parcela do que se faz para libertar o Nordeste da chaga do subdesenvolvimento, hoje já banido pelas promissoras perspectivas de prosperidade. É bem expressivo, aliás, que somente nos nove primeiros meses deste ano haja a SUDENE aplicado no Nordeste, direta ou indiretamente, a cifra de 50 bilhões de cruzeiros, ou seja mais do que o aplicado nos anos de 1963 e 1964.

Não se voltaram, porém, apenas para a indústria os cuidados da SUDENE. Também as atividades agropecuárias, cuja mo-

dernização e produtividade são igualmente importantes para a região, merece o apoio necessário. Nos últimos doze meses, além de 3.600 hectares de plantas forrageiras e cerca de 3.200 hectares de gramíneas, cultivaram-se 500 campos experimentais de algodão para a adoção de novas técnicas, que em alguns casos, já permitiram triplicar a produtividade em relação à média tradicional. Para distribuição entre os plantadores da região foi possível, dentro de um programa em colaboração com o Governo de Israel, produzir 170 toneladas de sementes de milho híbrido. Em 8 comunidades rurais, não alcançadas por Paulo Afonso, foram inaugurados serviços de energia elétrica. E 12 convênios, num montante superior a 800 milhões de cruzeiros, representam contribuição especial para a dinamização da pesca.

Por último, convém assinalar que a SUDENE, através de um programa já elaborado, sabe como e onde aplicar, no ano próximo, a vultosa cifra de 145 bilhões de cruzeiros. Fato verdadeiramente auspicioso e suficiente para encher de confiança mesmo os mais céticos ou desalentados, pois não exageramos afirmando que a roda da fortuna está mudando para os nordestinos.

Outro setor a que me desejo referir é o da Rede Ferroviária Federal, pois ninguém ignora o estado verdadeiramente calamitoso a que chegara antes da Revolução de 31 de março. Na realidade, a empresa perdera o controle sobre as suas atividades administrativas, industriais e comerciais, e caminhava célere para uma situação certamente irremediável. As distorções salariais, as paralisações do tráfego ao menor pretexto e a conseqüente fuga dos usuários, a arrecadação comprometida pelo sistema tarifário, eram algumas das causas imediatas da crescente pressão sobre o Tesouro Nacional, que devia pagar alto preço pelos desatinos da mais desenfreada demagogia. E mesmo sem contar com liberalidades novas, que seriam inevitáveis, já era possível prever, em março de 1964, um *deficit* anual da ordem de 443 bilhões de cruzeiros. Quase um bilhão e meio por dia a ser pago pelos brasileiros, através das emissões de papel-moeda! *Deficit* que, devido ao imenso esforço de disciplina desenvolvido nos meses restantes daquele ano, conseguiu ser reduzido a 241 bilhões.